



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2016.

Nº. 11/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Conforme pedido formulado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, foi justificada a sua falta à reunião anterior, por motivos profissionais familiares inadiáveis.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 14,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, o Sr. Vereador Paulo Nascimento informou que no âmbito da programação cultural para os próximos meses, e em articulação e complemento com algumas propostas presentes na sessão, a Câmara Municipal de Castro Verde vai promover mais uma edição dos programas “Há Festa no Largo”, um conjunto de iniciativas culturais descentralizadas pelas pequenas localidades do concelho, e das “Noites ao Relento”, programa de animação das noites de Verão em Castro Verde, referiu que ambos se enquadrarão na candidatura do Portugal 2020 “Castro Verde Cultura para Todos” e vão articular com as tradicionais festas populares que vão acontecer ao longo da época.

O Vereador Paulo Nascimento informou ainda que está em curso a formalização da parceria com a Federação Portuguesa de Voleibol e a Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve, a exemplo do ano passado, para receber em Castro Verde uma etapa do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, no dia 18 de Junho 2016, no Campo de Jogos de Areia, enquadrada no trabalho de cooperação que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos tempos.

Apresentou depois o Sr. Presidente a seguinte proposta de moção:

“A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusa e de Qualidade é um Direito de todos os cidadãos e uma Obrigação do Estado Português

A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

No seu artigo 75º, **a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população**, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os **contratos de associação**, a serem celebrados com escolas particulares **situadas em zonas carecidas de escolas públicas**.

Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, **o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública**.

O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEPP.

Assim,

A Câmara Municipal de Castro Verde, reunida em 25 de Maio de 2016, deliberou, por

1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;
2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo de desacreditar a Escola Pública e os seus profissionais.
3. Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita,

Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso Concelho.”

Apreciada a proposta de moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, e da qual vai ser dado conhecimento ao Sr. 1º. Primeiro Ministro, ao Sr. Ministro da Educação, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, e à Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira por não ter estado presente na reunião em causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento do requerimento que dirigiu ao Ministério da Defesa sobre as “Consequências da aplicação da Lei nº. 68/2014, de 29 de agosto e da Portaria nº. 311/2015, de 28 de setembro”, e do seu Projeto de Lei nº.232/XIII/1ª. (BE) que “Proíbe a aplicação de produtos contendo glifosato em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação.
- “E-mail” do Grupo Parlamentar “Os Verdes” convidando para participar na Audição Pública Parlamentar sobre “Propostas e estratégias de combate ao desperdício alimentar”, a levar a efeito no próximo dia 2 de Junho de 2016.
- Carta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dando conhecimento da pergunta feita pelo seu Deputado Pedro do Carmo, acerca da “Existência de profusas situações de abertura de procedimentos disciplinares e de inquéritos sobre ocorrências alegadamente anómalas na prestação de cuidados de saúde no Hospital José Joaquim Fernandes (Beja).”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Proposta da 4ª. alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano - 2016:

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2016, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de verbas de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o art.º 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Formalmente proponho, que a Câmara Municipal de acordo com o preceito legislativo, aprove na próximo reunião, a alteração nº. 4 dos documentos previsionais de 2016 (Orçamento e Gop,s)”

Apreciado o assunto, onde o Sr. Presidente prestou informação sobre as alterações em causa, e submetida a votação, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José Rosa Brito e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, aprovar a 4ª. alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, cujos documentos que a constituem se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2. - Propostas de alteração legislativa sobre canis e as suas implicações futuras na gestão municipal:

Expressou o Sr. Vereador António João Colaço, a seguinte proposta:

“Na sequência de duas propostas de alteração legislativa, uma de um grupo de cidadãos (Projeto de Lei n.º 976/XII - Grupo de cidadãos) e outra do Partido Comunista Português (Projeto de Lei n.º 65/XIII - PCP), os Médicos Veterinários dos municípios que integram o canil da Resialentejo, entenderam por bem proceder à sua análise técnica e fazer chegar a sua opinião aos respetivos municípios.

Considerando que algumas das alterações propostas, a serem aprovadas tal como estão, trariam grandes implicações na gestão municipal, os municípios entenderam subscrever as conclusões tiradas pelos técnicos, levando o assunto a ser discutido e subscrito pelos respetivos órgãos, sendo posteriormente encaminhado à Resialentejo que o fará chegar aos respetivos grupos parlamentares.

Assim: Proponho que a Câmara subscreva a presente análise técnica e a reencaminhe para a Resialentejo:

“Análise técnica dos médicos veterinários que integram o canil gatil da Resialentejo

O Projeto de Lei N.º 976/XII – Grupo cidadãos

1 - Propõe alterar a seguinte legislação:

- Lei n.º 92/95 - Proteção Aos Animais
- Decreto-Lei n.º 276/2001 - Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia / Bem estar animal
- Decreto-Lei n.º 313/2003 - Sistema de Identificação de Caninos e Felinos
- Decreto-Lei n.º 314/2003 - Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva.
- Lei n.º 75/2013 - Regime Jurídico das Autarquias Locais
- Portaria n.º 421/2004 - A luta contra as zoonoses transmissíveis pelos cães e gatos

2 - Exposição dos principais motivos que leva o grupo de cidadãos a propor a alteração á lei.

- “proibição do seu abate a nível municipal e da exigência de garantir condições condignas nos centros de recolha oficial.”
- “nem cumprem as normas de higiene e bem-estar animal – sendo indiscutível que a ausência de condições de bem-estar nos centros de recolha oficial pode também configurar ou dar origem a maus-tratos a animais.”
- “proibindo designadamente a venda de animais de companhia nas designadas “lojas de animais” e impondo condições especialmente exigentes para a criação de animais.”

Análise técnica: Os principais alvos são assim os CRO (Centros de Recolha Oficial) e a comercialização de animais de companhia.

3 – Alterações ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro:

Artigo 2.º

NOVO - a1) “Animal comunitário” o animal que seja cuidado no espaço ou via pública, cuja guarda, detenção, alimentação e/ou cuidados médico-veterinários são assegurados por uma pessoa ou grupo de pessoas que constitua uma parte de uma comunidade local de moradores;

ELIMINADO - c) «Animal vadio ou errante» qualquer animal que seja encontrado na via pública ou outros lugares públicos fora do controlo e guarda dos respetivos detentores ou relativamente ao qual existam fortes indícios de que foi abandonado ou não tem detentor e não esteja identificado;

Análise técnica: Um grupo de pessoas não tem identidade jurídica, não existe juridicamente, não é uma pessoa individual ou coletiva (não tem por exp. NIF) logo, segundo a lei não podem ser detentores de um animal.

Quando este “animal comunitário” estiver envolvido num acidente rodoviário com mortos, quem é responsabilizado quando atacar um ser humano ou outro animal, quem é o detentor que responde juridicamente pelos atos do animal? Conforme determina a lei. Nesta altura como todos sabemos, o animal não é de ninguém?

O espaço ou via pública é de todos, vão surgir conflitos insanáveis com os vizinhos que não querem animais à solta num espaço público que também ocupam.

A lei determina que os cães só podem circular na via pública com açaime funcional ou trela, como vai ser com estes “animais comunitários”?

– O animal sem detentor ou comunitário será recolhido para fins de esterilização, registado na Junta de Freguesia com comunicação à Câmara Municipal e devolvidos à comunidade de origem, após identificação do(s) seu(s) cuidador(es) principal(is) se aplicável, nos termos do artigo 21.º.

Análise técnica: Isto significa mau trato por abandono por parte dos municípios de animais conforme determina a legislação.

Artigo 5.º [...]

1 – Os titulares dos alojamentos para hospedagem de animais de companhia, devem manter, pelo prazo mínimo de cinco anos, os seguintes registos:

d) O movimento mensal, nomeadamente registos relativos à origem e às datas das entradas, nascimentos, mortes e, ainda, datas de saída e destino dos animais.

e) Os motivos de entrega dos animais no alojamento no caso de centros de recolha;

f) Os motivos da morte dos animais, sustentados por relatório justificativo do médico-veterinário responsável.

4 – Os centros de recolha deverão publicar a informação constante do n.º 1, com exceção da a), a qual deverá ser entregue anualmente à DGAV bem como a qualquer associação zoófila que o solicite.

Análise técnica: A DGAV enquanto autoridade nacional de saúde animal licencia e controla os CRO, bem como todos os locais onde se faz a hospedagem de animais, com ou sem fins lucrativos, que respondem perante a DGAV e toda a informação dada a qualquer cidadão deve ser entregue pela DGAV. Qualquer cidadão deve ter acesso a esta informação, as associações zoófilas não têm mais direitos que os outros cidadãos.

Artigo 19.º

Normas para a recolha de animais

a) Que padeça de doença ou lesão;

b) Dificilmente consigam sobreviver sozinhos e/ou em condições de bem-estar;

c) Que constituam perigo comprovado para outros animais e pessoas;

d) Relativamente aos quais existam fortes indícios que se encontrem perdidos;

- e) Que se encontrem em espaços privados sem autorização
 - f) Para fins de esterilização nos termos do artigo 21.º;
 - g) Vítimas de maus tratos ou negligência grave, mesmo que se encontrem em propriedade privada.
- Análise técnica: Significa muitas dificuldades em recolher qualquer animal errante da via pública pois se alguém disser que alimenta o animal este não poderá ser recolhido.*

n.º 7 – Os animais não reclamados num prazo de oito dias, presumem-se abandonados e serão obrigatoriamente esterilizados nos termos do artigo 21.º, e encaminhados para processo de adoção, gratuita ou onerosa, pelas câmaras municipais, quer a particulares quer a instituições zoófilas e que provem possuir condições adequadas para o alojamento e maneio dos animais, nos termos do presente diploma, e sob termo de responsabilidade donde conste a sua identificação completa.

Análise técnica: Qualquer cidadão pode adotar um animal num CRO. Para ser detentor do animal a pessoa, individual ou coletiva, escolhe o animal, que antes de sair do CRO, deve ser identificado eletronicamente, ser submetido às intervenções profiláticas obrigatórias, ser registado e licenciado na junta de freguesia e só então entregue ao detentor.

As instituições zoófilas, são pessoas coletivas e podem adotar animais, desde que legalmente constituídas, tenham as suas instalações licenciadas e desde que respeitem a legislação, nomeadamente no referente ao bem estar animal, número de animais nas suas instalações, dimensões dos alojamentos, regras de identificação animal e vacinação obrigatória.

n.º 9 – Os animais não reclamados nem entregues para adoção poderão ser entregues a famílias de acolhimento temporário que provem possuir condições adequadas para o alojamento e maneio dos animais, nos termos do presente diploma, bem como cumpram o disposto nas alíneas f) e g) do n.º 5 anterior.

Análise técnica: Não tem qualquer sentido, se uma família quer acolher temporariamente um animal, constituísse como detentora desse animal que poderá entregar a outro detentor quando entender, seja em 7 dias ou 7 anos, bastando para isso dirigir-se à junta de freguesia para alterar o nome do detentor.

O objetivo deste artigo 19 é conseguir que existam a circular um grande número animais sem controlo, sem microchip e sem poder ser identificado ou responsabilizado um detentor.

15 – A recolha de animais pode ainda ser efetuada por associações zoófilas legalmente constituídas ou outras mediante protocolo com a entidade competente e em estrito cumprimento dos princípios acima indicados, devendo a entidade em causa, após a recolha, comunicar o facto à Câmara Municipal, sem prejuízo da manutenção da guarda do animal.

Análise técnica: Esta atribuição é exclusiva das CM.

Artigo 21.º [...]

n.º 1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 19.º, compete às câmaras municipais a criação de programas RED (recolha, esterilização e devolução) de animais sem detentor e de animais comunitários, sendo designadamente proibido o seu abate para fins de controlo de populações de animais.

Análise técnica: Os programas RED já estão em aplicação em vários países, inclusivamente em Portugal há vários anos. Com a sua aplicação não existe nunca uma diminuição do número de gatos em colónias estabilizadas, na melhor das hipóteses mesmo ao fim de vários anos a aplicar o programa o número de gatos errantes mantêm-se o mesmo. O fator limitante da existência destas colónias de gatos é a existência de fontes de alimentação.

Embora já muitos regulamentos municipais penalizem a alimentação de animais na via pública é necessário ir mais longe e criminalizar esta prática.

Estes pontos de alimentação são um perigo para a saúde pública com proliferação de maus cheiros, moscas, baratas, formigas, ratos, aves etc.

No respeitante aos canídeos estes programas não podem ser aplicados. Os canídeos têm um comportamento diferente dos gatos. Se libertarmos estes animais castrados para a via pública em pouco tempo formam-se grupos/matilhas que irão assumir posturas territoriais e de caça surgindo ataques a pessoas, outros cães ou outros animais como ovelhas, galinhas etc.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, as câmaras municipais podem, sempre que necessário, celebrar protocolos com associações zoófilas legalmente constituídas ou particulares que se dediquem, total ou parcialmente, a atividades de esterilização de animais.

3 – O exercício da atividade de esterilização de animais errantes e comunitários por associações zoófilas legalmente constituídas e por particulares está sujeito a prévia comunicação à Câmara Municipal, bem como a comunicação mensal do número e espécie dos animais esterilizados, local de onde foram recolhidos, estado de saúde dos animais, indicação sobre se foram devolvidos ao local de recolha ou não e motivos justificativos, bem como mortes ocorridas na sequência da esterilização.

Análise técnica: Proceder a atos cirúrgicos veterinários em animais de companhia apenas podem ser feitos em centros de atendimento veterinário licenciados pela DGAV (ou CRO), que têm condições para tal e que para isso pagam as suas taxas.

Artigo 67.º-B Visitas e cooperação

1 – As associações zoófilas legalmente constituídas podem a qualquer altura visitar os centros de recolha, bem como requerer dados ou informações necessários à avaliação das condições de bem-estar animal.

2 – Os titulares dos centros de recolha não se podem opor às visitas das associações zoófilas legalmente constituídas nem à entrega da informação solicitada, podendo, caso o façam, ser solicitado mandado judicial para o efeito.

Análise técnica: Qualquer cidadão pode neste momento visitar um CRO com o objectivo de adotar um animal. As associações zoófilas também o podem fazer. Quanto a informações e avaliação das condições a DGAV enquanto autoridade nacional de saúde animal, licencia e controla os CRO, é a única entidade que avalia as condições de bem-estar animal.

Lembramos que é a DGAV que licencia e avalia as condições dos canis das associações zoófilas, como é que estas associações podem avaliar CRO?

Anexo IX

Os centros de recolha e os alojamentos de hospedagem sem fins lucrativos devem cumprir o seguinte:

5. Permitir, no caso dos centros de recolha, a presença de voluntários para tratamento dos animais, desde que reúnam os requisitos constantes do presente diploma.

Análise técnica: Embora existam muitos CRO que aceitam voluntários, não podem de modo algum ser forçados a isso.

Alteração à Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril

Artigo 7.º [...]

3 – O registo e licenciamento de cães e gatos é gratuito para animais recolhidos de associações zoófilas, de canis municipais, para animais identificados como comunitários e para famílias de

acolhimento temporário devidamente identificadas na respetiva junta de freguesia, bem como para todos os animais que se encontrem esterilizados.

Análise técnica: O registo e o licenciamento atualmente são pagos, quem é que suportará todas estas despesas?

CONCLUSÕES:

QUAL É, NA NOSSA OPINIÃO, O PROBLEMA DE MAIS ANIMAIS ERRANTES NAS RUAS?

- Acidentes de viação;
- Ataques a seres humanos;
- Ataques a outros animais (cães, galinhas, ovelhas, etc.);
- Transmissão de doenças (FIV, Felv, carraças, pulgas, etc);
- Zoonoses (quisto hidático, sarna, leishmaniose, etc);
- Sanidade (fezes, baldes lixo, alimentação);

QUAL É A ORIGEM DOS ANIMAIS ERRANTES?

Em Portugal pensa-se que existam um milhão de gatos e um milhão e meio de cães. Quanto aos animais recolhidos pensa-se que serão 300.000 anualmente, ou seja 12% da população.

Se no caso dos gatos a origem dos animais recolhidos pode resultar em parte da reprodução dos animais errantes no caso dos cães a sua larga maioria provém do abandono por parte dos proprietários.

Optar de por uma política de eutanásia zero, em muito poucos anos assistiríamos a uma sobrepopulação dos CRO, e a um sobre crescimento da população de animais no espaço publico com um forte impacto na saúde pública e animal insustentável em muito pouco tempo.

Apostar apenas pela esterilização dos animais recolhidos não terá qualquer impacto no abandono dos animais de companhia pois continuaremos a ter 88% da população animal capaz de se reproduzir e continuar o abandono de milhares de animais anualmente.

SUGESTÕES DE COMO DIMINUIR O N.º DE ANIMAIS ABANDONADOS:

- Sem diminuir o número de animais que são abandonados anualmente não há solução para este problema.
- Respeitar integralmente o Decreto-Lei 116/08 por parte de todos os municípios. Melhores condições nos CRO.
- Aumentar a fiscalização dos Municípios, PSP, GNR garantindo que toda a população animal está devidamente identificada (chip.) e registada e licenciada, e que são respeitadas as regras de bem estar animal, circulação na via pública, etc.
- Microchip obrigatório nos gatos, base de dados única para animais domésticos.
- Campanhas de sensibilização para esterilização/adoção/ alteração cultural. O animal esterilizado deve ser a regra e não a exceção. A compra de um animal de estimação deverá ser a exceção e a adoção a regra.
- Reforço positivo do comportamento da esterilização (como isenção de taxas de registo e licenciamento, cheques esterilização, esterilização nos CRO ou por concurso público, etc.)
- Reforço negativo com aumento de taxas a animais não esterilizados.
- Criminalização da alimentação de animais na via pública
- Legislação sobre a criação de animais domésticos (só podem ser comercializados animais já identificados, acabar com registo de ninhada e passar a individual para rastreabilidade do animal até ao criador, profissionalizar a criação como atividade económica, obrigando por exp. a passar recibos da venda dos animais)
- Nomeação de Médicos Veterinários Municipais, não há novas nomeações desde 2008.

Estas são algumas das nossas principais observações e preocupações.”

Apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, subscrever a supra análise técnica e reencaminhá-la para a Resialentejo:

3. - Emissão de pareceres para renovação e celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta nº. 477 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

“Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, **parecer prévio** favorável para a celebração e renovação das aquisições de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta, e que são os seguintes:

Renovação de contratos:

- Serviços para manutenção simples de duas plataformas elevatórias, sitas no Cine Teatro e Biblioteca Manuel da Fonseca, em Castro Verde, com a empresa Thyssenkrupp, por ajuste direto, pelo preço base de 303,20 €/mês.
- Serviços de manutenção e conservação do Moinho do Largo da Feira, com António Joaquim Guerreiro, por ajuste direto, pelo valor de 700,00 €/mês.
- Serviços de manutenção e assistência técnica, tipo simples, para os elevadores instalados nos edifícios das Piscinas Municipais, da Fábrica das Artes e do Centro de Ideias e Negócios - IN Castro, em Castro Verde, com a empresa Schmitt - Elevadores Ld.^a, por ajuste direto, pelo valor de 81,00/cada elevador - 729,00 €/trimestre.

Celebração de contrato:

- Serviços de elaboração do projeto de Execução do Centro de Artes e Ofícios de Castro Verde, por ajuste direto, pelo preço base de 39.300,00 €.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista nos artigos 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José Rosa Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir pareceres favoráveis para a renovação e celebração dos referidos contratos de aquisição de serviços.

4.- Atribuição de medalhas de bons serviços prestados:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando o Regulamento Municipal para Atribuição de Bons Serviços Municipais, aprovado em Reunião do Órgão Executivo de 20 de junho de 2007;

Considerando os requisitos expressos no art.º 3º do mesmo Regulamento, anos de serviço, assiduidade, dedicação e zelo, bem como a inexistência de qualquer infração disciplinar;

Considerando, que segundo a relação apresentada no doc. Anexo I, estão os trabalhadores aí mencionados, em condições de lhes ser atribuída a Medalha de Bons Serviços Municipais;

Assim, no uso da competência que me confere o art.º 35º, nº 2, alínea a), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a V. Exas, ao abrigo do disposto no art.º 4º, do mencionado Regulamento, a atribuição de Medalhas de Bons Serviços Municipais, para os trabalhadores mencionados no anexo I, relativamente ao ano de 2016.

O ato da cerimónia de entrega das medalhas realiza-se no próximo dia 22 de Junho, pelas 14,15 horas, antes do início da reunião ordinária do executivo municipal.”

Refere-se a presente proposta de atribuição de medalhas aos seguintes trabalhadores

Categoria	Nomes	Antiguidade até 29/06/2016	2016	
			ouro	ródio
			25 anos	35 anos
Fiscal Municipal Especialista	António Manuel S. Angelino	25 anos e 9 meses	X	
Assistente Operacional (Marceneiro))	António Sousa Guerreiro	35 anos e 10 meses		X
Assistente Operacional (Cabouqueiro)	Francisco Lopes Silva	25 anos e 10 meses	X	
Total			1	2

5. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos de decisão que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Paula Cristina Gonçalves Rosa Raposo, em representação do Cofre Social e Cultural dos Trabalhadores do Município de Castro Verde, para realização de um baile no Pavilhão do Parque de Feiras e Exposições de Castro Verde, das 21 horas do dia 3 de Junho até às 3 horas do dia 4 do mesmo mês; a Jéssica Cristina Martins Gonçalves, em representação da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde, para realização de baile de finalistas, no Pavilhão da Escola Secundária de Castro Verde, das 19 horas do dia 4 de Junho até às 5 horas do dia 5 do mesmo mês; e a Válder Filipe Brás, em representação do Moto Clube de Castro Verde, para realização de música ao vivo no seu XII Convívio Motar, no Estádio Municipal 25 de Abril, em Castro Verde, das 19 horas do dia 27 de Maio até às 3 horas do dia 28, e das 19 horas do dia 28 até às 3 do dia 29 do mesmo mês.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar os atos de decisão em causa relativamente à concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. Aprovação de contas finais de empreitadas de obras municipais:

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental:

“As contas finais das empreitadas em anexo foram elaboradas, aprovadas e assinadas pelos representantes de ambas as partes, dono da obra e empreiteiro, conforme disposições constantes dos artigos 399º e seguintes do CCP (Código dos Contratos Públicos).

No entanto, e de acordo com um parecer jurídico elaborado pelos serviços jurídicos do INALENTEJO “quem tem competência para aprovação da conta final da empreitada é o mesmo órgão que tem competência para abrir o procedimento, ou seja, para emitir a decisão de contratar, autorizar a despesa e a escolha do procedimento.”

Na sequência deste parecer, e como forma de dar cumprimento ao solicitado, junto se enviam para aprovação as contas finais das seguintes empreitadas, contantes no quadro anexo e adjudicadas através de concursos públicos:

Objeto	Adjudicatário	Total da Empreitada	Data Contrato	Data da Conta Final da Empreitada
Reabilitação do Jardim, Parque Infantil e Instalações Sanitárias, sítios na Rua da Seara Nova em Castro Verde	Icebloc - Sociedade de Construção S.A.	212.779,52 €	25-09-2009	30-12-2010
Reabilitação do Cineteatro Municipal de Castro Verde	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	904.839,58 €	28-05-2009	30-03-2010
Construção do Centro Escolar nº 2, sítio na Rua D. Manuel I, em Castro Verde	Ramos Catarino S.A.	1.671.098,11 €	02-03-2010	15-06-2013
Reconversão da Fábrica das Artes, sítio na Rua Dr. António Francisco Colaço nº 3, em Castro Verde	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	1.602.456,28 €	09-03-2011	05-03-2013
Empreitada de Remodelação/Reabilitação do antigo Mercado Municipal - Centro de Promoção de Património e Turismo	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	248.608,44 €	30-06-2011	25-06-2012
Empreitada de Execução do Plano Cénico de Castro Verde - Rede Urbana para o Património	Iceblock - Sociedade de Construção S.A.	219.347,01 €	30-06-2011	30-04-2012
Empreitada de Repavimentação da Rua de Beja/Praça Zeca Afonso/Rua do Paço e Reconstrução do Pelourinho em Entradas	Consdep - Engenharia e Construção S.A.	93.327,21 €	07-11-2011	22-11-2012

Apreciado o assunto, onde o Sr. Presidente da Câmara confirmou a necessidade de ter que dar cumprimento ao solicitado pelos serviços jurídicos do INALENTEJO, foram as contas finais das

referidas empenhadas submetidas a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria, aprová-las, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira.

Justificou o Sr. Vereador António José de Brito a sua abstenção pelo facto das obras em causa terem sido realizadas no mandato anterior.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Festas da Vila 2016 - Comemorações do Feriado Municipal:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“As Festas da Vila assumem-se como uma iniciativa de maior importância do calendário sociocultural do concelho, sendo, por isso, o momento de “Comemoração do Dia do Município” (Feriado Municipal), constituindo um grande momento de encontro dos castrenses e que, sendo o evento direccionado ao grande público, atrai muita gente da região a Castro Verde.

Trata-se, de facto, de uma iniciativa enraizada na comunidade que se caracteriza pela sua componente festiva e de carácter sociocultural, na medida em que reúne um vasto contributo das associações e dos agentes locais que manifestam forte interesse em se associarem a este evento, contribuindo para o envolvimento e consequente valorização e sentimento de pertença em relação à própria iniciativa, visível numa atividade expressiva dos agentes comunitários que se traduz também em dinâmica socioeconómica.

A cada edição procura-se criar um programa apelativo que possa corresponder aos diferentes públicos. Assim, o cartaz é delineado em função das diferentes faixas etárias que se pretendem alcançar, sendo que, o desafio consiste em criar uma coabitação de dinâmicas que permitam reunir neste grande largo as diferentes gerações, o que implica um ordenamento do espaço que possibilite um ambiente de arraial (associado às comemorações do S. Pedro) compatível com os grandes concertos, a área infantil, divertimentos de feira, etc.

O programa deste ano apresenta na primeira noite um nome da nova geração da música portuguesa: AGIR, cativando um público mais jovem; na segunda noite NELSON FREITAS, uma proposta mais transversal e dancável, enquadrada pelo muito em moda movimento soul, r&b e kimzomba, e na terceira noite, ANA MOURA, uma voz que, partindo do fado agrada a vários públicos. A par destas propostas de cartaz é assegurada uma programação de arraial, privilegiando os bailes e a música popular.

A programação para as Festas da Vila 2016/Comemorações do Feriado Municipal tem uma estimativa orçamental de 68.500 € + IVA para a Câmara Municipal de Castro Verde, onde se inclui cachets artísticos, produção e logísticas necessárias (som luz, back-line, alojamento, refeições, segurança, etc.) e aluguer de infraestruturas nomeadamente, palcos, tendas e camarins.

Esta proposta volta a assentar numa parceria organizativa com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével e encontra-se devidamente enquadrada pelos princípios orientadores das Opções do Plano e Orçamento do Município de Castro Verde para o exercício de 2016.”

A exemplo dos anos anteriores é admitida a instalação de comerciantes privados da área de bares e similares e artesanato no recinto do Parque de Feiras e Exposições, onde decorrerão os festejos

do Feriado Municipal, pelo que os interessados deverão, até 9.06.2016, requerer a sua instalação, para estes efeitos, na Secção Administrativa desta Câmara Municipal.

Apreciada a proposta foi a mesma submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade,

Ficam anexos à presente ata os documentos que constituem a presente proposta, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2. - Fixação dos preços e venda dos livros que fizeram parte da feira do livro:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a listagem dos preços de venda dos livros que fizeram parte da recente feira do livro, a qual se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

3.- Subscrição de abaixo-assinado “Em Defesa da Escola Pública”:

Apreciou a Câmara o abaixo-assinado enviado pela FENPROF - Federação Nacional dos Professores, e subscrito por diversas entidades, em “Apelo a tomada de posição em defesa da escola Pública”, e no qual defendem:

“1.- Que não haja duplicação do financiamento e que, no respeito da Constituição, se garanta o financiamento adequado à Escola Pública;

2. - Que o apoio financeiro a colégios privados, através de contratos de associação, tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo, nesse caso, apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos contratos celebrados;

3. - Que aos docentes dos estabelecimentos particulares e cooperativas, cujos horários de trabalho são ainda mais sobrecarregados, sejam aplicadas as mesmas normas que se aplicam no ensino público.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, subscrever o abaixo-assinado acima referido.

4. - Época balnear 2016 nas Piscinas Municipais:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Senhor Vereador Paulo Nascimento:

“No âmbito da preparação da Época Balnear 2016 das Piscinas Municipais de Castro Verde, tendo presente o Regulamento Geral de Funcionamento do Equipamento, propõe-se:

- **Período do funcionamento:**
 - a) Início da época balnear – 10 de Junho de 2016.
 - b) Encerramento da época balnear – 11 de Setembro de 2016.
- **Horário de funcionamento:**
 - a) De abertura ao público:
 - 3ª. a 6ª. feira: das 10 às 19,45 horas.
 - Sábados/domingos e feriados – das 10 às 19,45 horas.

- b) Do funcionamento em geral:
- 2ª. feira – das 8 às 20,30 horas.
 - 3ª. feira a domingo – das 8 às 21,00 horas.

Atividades de Animação:

Quiosque de Leitura da Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca:

A funcionar em espaço próprio criado para o efeito, praticando um horário adaptado às dinâmicas existentes e aos recursos humanos disponíveis.

Animação Desportiva:

Desenvolvimento de atividades desportivas de lazer, programadas no âmbito do Programa Atividade Com 'Vida e utilização do Campo de Jogos de Areia, privilegiando sobretudo o final da tarde. Participação livre aberta aos utilizadores presentes no equipamento.

Ateliers de Ocupação de Tempos Livres:

Desenvolvimento de atividades de recreio e lazer no âmbito dos programas de ocupação de tempos livres promovidos pela autarquia, destinados a públicos de diferentes faixas etárias e outros programas promovidos por outras entidades, desde que aprovadas pela Câmara Municipal de Castro Verde. Estas atividades decorrerão dentro do horário de funcionamento geral.

Nota:

No que se refere ao horário de funcionamento, o Regulamento Geral de Funcionamento das Piscinas Municipais de Castro Verde aponta como período de funcionamento: 15 de Junho a 15 de Setembro (art.5. Ponto 1), e como horário de funcionamento: 09 h 00 às 20 h 00 (art.6. ponto 1). O documento deixa, no entanto, em aberto a possibilidade de alteração destes pontos, motivo pelo que se formaliza esta proposta.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

5. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Tendo presente a informação e a documentação formulada pela Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Virgínia Assunção Duarte, residente no Monte das Piçarras; Pedro Luís Neto da Cunha e Maria de Fátima da Silva Candeias, residentes em Castro Verde; Eugénio Colaço Ramires, residente em Santa Bárbara de Padrões; e a Fernando Manuel Baião Guerreiro, residente em São Marcos da Ataboeira, todos no escalão A; e a Fernando Manuel Ramos Martins, residente em Castro Verde, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: António José de Brito Gonçalves, residente em São Marcos da Ataboeira; Flor de Maria Castilho Pacheco Mota, Vitória Maria dos Reis Guerreiro Gomes, Sandra Maria da Luz Pereira Leitão, residentes em Castro Verde; Joaquim Guerreiro António, residente na Estação de Ourique; e de Lídia Maria Lucrécia Jorge, residente em Casével, todos no escalão A; e de Isilda Maria Varela Domingos, residente em Castro Verde; Manuel Eugénio Cleto e de Manuel Fernandes Martins Pereira, residentes em São Marcos da Ataboeira, todos no escalão B.

- Indeferir o pedido de cartão social de António da Silva Jorge, residente em Castro Verde, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo Regulamento Municipal.

6. - Concessão de subsídios:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A animação da época de Verão caracteriza-se pelas Festas Tradicionais que acontecem por todo o concelho, constituindo as mesmas um importante momento para as comunidades que as dinamizam.

Assim, de acordo com as solicitações que se anexam, e mantendo as orientações estabelecidas, propõe-se a atribuição de um apoio de 600 €/cada, às Festas dos Aivados (promovidas pelo Grupo de Amigos dos Aivados em parceria com a Associação do Povo dos Aivados) e às Festas dos Namorados (promovidas pelo Grupo de Amigos dos Namorados), bem como apoio logístico de acordo com as disponibilidades de recursos da Autarquia.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, apoiar as iniciativas em causa, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o pagamento dos respetivos apoios financeiros concedidos.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,50 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.